
PROVIDENS Ação
Social Arquidiocesana
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e ao Conselho Diretor
PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar



PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DataSigned by
@Guilherme Campos
Assinado por: GUILHERME CAMPOS E SILVA, 71411498004
CPF: 71411498004
Hora do Assinatura: 25 April 2024 | 22:14 BRT

© ICP-Brasil, OU: 0000010276135
C. Sert: Entesour: AC SERASA RFB v5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Notas 6)	160	109	Fornecedores	249	266
Aplicações Financeiras (Nota 6)	7.148	5.853	Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 11)	1.136	942
Adiantamentos (Nota 7)	160	146	Convênios e parcerias (Nota 12)	6.015	4.774
Demais contas a receber (Nota 8)	58	57	Receita diferida (Nota 13)	273	246
	<u>7.526</u>	<u>6.165</u>	Demais contas a pagar	130	50
				<u>7.803</u>	<u>6.278</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Receita diferida (Nota 13)	4.951	5.185
Depósitos judiciais (Nota 18)	237	237	Provisão para contingências (Nota 18)	575	555
Propriedades para investimento (Nota 9)	41.405	44.347	Partes relacionadas (Nota 14)		824
Imobilizado (Nota 10)	25.012	23.537		<u>5.526</u>	<u>6.564</u>
	<u>66.654</u>	<u>68.121</u>	Total do passivo	<u>13.329</u>	<u>12.842</u>
			Patrimônio líquido (Nota 15)		
			Patrimônio social	55.417	55.821
			Ajuste de avaliação patrimonial	5.434	5.623
				<u>60.851</u>	<u>61.444</u>
Total do ativo	<u><u>74.180</u></u>	<u><u>74.286</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>74.180</u></u>	<u><u>74.286</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita das atividades de assistência social		
Convênios programas sociais (Nota 12)	8.898	6.380
Serviços de atendimento ao idoso de longa permanência	180	190
Doações (Nota 16)	4.038	3.993
	<u>13.116</u>	<u>10.563</u>
Receita líquida das atividades de assistência social		
Custo dos serviços de assistência social gratuitos (Nota 19)	<u>(11.888)</u>	<u>(9.316)</u>
Superávit operacional bruto	<u>1.228</u>	<u>1.247</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(2.524)	(2.468)
Variação valor justo das propriedades para investimento (Nota 9)	21	4.185
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(280)	(2.148)
Outras receitas operacionais (Nota 20)	948	1.717
	<u>(607)</u>	<u>2.533</u>
Superávit (Déficit) operacional		
Despesas financeiras (Nota 21)	(28)	(34)
Receitas financeiras (Nota 21)	42	87
	<u>14</u>	<u>53</u>
Resultado financeiro		
Superávit (déficit) do exercício	<u>(593)</u>	<u>2.586</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>(593)</u>	<u>2.586</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(593)</u>	<u>2.586</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2021	<u>51.955</u>	<u>6.903</u>	<u>58.858</u>
Superávit do exercício	2.586		2.586
Realização parcial de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 15)	<u>1.280</u>	<u>(1.280)</u>	
Em 31 de dezembro de 2022	<u>55.821</u>	<u>5.623</u>	<u>61.444</u>
Déficit do exercício	(593)		(593)
Realização parcial de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 15)	<u>189</u>	<u>(189)</u>	
Em 31 de dezembro de 2023	<u>55.417</u>	<u>5.434</u>	<u>60.851</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	(593)	2.586
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	805	738
Baixa de ativo imobilizado	2	1
Variação valor justo das propriedades para investimento	(21)	(4.185)
Realização receita diferida	(262)	(262)
Resultado na permuta de imóveis (Nota 9, "i")		1.882
Venda de imóvel para empreendimento imobiliário (Nota 9, "ii")		(872)
Rendimento de aplicações financeiras (Nota 21)	(42)	(86)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	11
Provisão para contingências	29	44
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamentos	(14)	(54)
Depósitos judiciais		(61)
Demais contas a receber	(12)	63
Fornecedores	(17)	111
Obrigações fiscais e trabalhistas	194	193
Convênios e parcerias	574	1.511
Contingências pagas	(9)	
Demais contas e despesas a pagar	73	35
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>718</u>	<u>1.655</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(85)	(207)
Pagamento a parte relacionada	(3)	
Resgates de aplicações financeiras	9.144	7.948
Aportes em aplicações financeiras	(9.723)	(9.342)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(667)</u>	<u>(1.601)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>51</u>	<u>54</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	109	55
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>160</u>	<u>109</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>51</u>	<u>54</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas		
Convênios e parcerias	8.898	6.380
Serviços de atendimento ao idoso de longa permanência	180	190
Variação valor justo das propriedades para investimento	21	4.185
Outras receitas	820	775
	<u>9.919</u>	<u>11.530</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(4.709)	(4.504)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)	(11)
Provisão para contingência	(29)	(44)
	<u>(4.749)</u>	<u>(4.569)</u>
Valor adicionado bruto	<u>5.170</u>	<u>6.971</u>
Depreciação e amortização	(805)	(738)
Valor adicionado líquido produzido pela Associação	<u>4.365</u>	<u>6.233</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Aluguéis	128	70
Doações	4.038	3.993
Receitas financeiras	42	87
	<u>4.208</u>	<u>4.050</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>8.573</u></u>	<u><u>10.383</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Salários e encargos	9.048	7.657
Impostos, taxas e contribuições		
Federal		9
Estaduais		4
Municipais	28	34
Financiadores		
Juros	28	34
Aluguéis	62	59
Superávit (déficit) do exercício	(593)	2.586
	<u>(593)</u>	<u>2.586</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>8.573</u></u>	<u><u>10.383</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana, anteriormente denominada Providência Nossa Senhora da Conceição, ("Associação" ou "PROVIDENS"), CNPJ 17.272.998/0001-86, é uma associação civil, sem fins lucrativos, beneficente de assistência social, que atua em obras sociais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os programas desenvolvidos pela Associação são integralmente gratuitos e tem como público alvo a família, crianças, adolescentes, moradores de rua, idosos entre outros, em situação de vulnerabilidade social. Todos os recursos arrecadados pela associação, bem como seu patrimônio são utilizados para atingir suas finalidades. O resumo do trabalho social e os valores aplicados estão descritos na Nota 17.

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade até 31 de dezembro de 2024 conforme Portaria da Secretaria Nacional de Assistência Social nº 132 de 20 de outubro de 2021.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 25 de abril de 2024.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associadas aos aspectos contábeis específicos relacionados a entidades sem fins lucrativos, conforme resolução de número 1.409/12, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a norma ITG 2002 – "Entidade sem finalidade de lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de determinados ativos e passivos financeiros, propriedades para investimentos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do ativo imobilizado na data de transição para os CPCs e o valor justo das propriedades para investimentos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, entretanto, apesar de não estar obrigada, a Entidade optou pela apresentação dessa demonstração como informação suplementar. A DVA foi preparada de

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Associação são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.4 Instrumentos financeiros

A Associação classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensurados ao custo amortizado e mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos do principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. Eventuais perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Associação mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação incluem Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, contas a receber e depósitos judiciais (vide Nota 5).

2.5 Demais Contas a receber

As demais contas a receber correspondem à prestação de serviço e dos aluguéis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As demais contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são constituídas por imóveis não destinados a uso nas operações da Associação ou para finalidades administrativas. Compreende terrenos e edifícios mantidos para valorização do capital e renda de aluguel. São inicialmente mensuradas ao custo, ou seja, seu preço de compra, custo de transação e qualquer outro dispêndio diretamente atribuível. A Associação adota como critério de mensuração subsequente o valor justo.

O valor justo reflete as condições e valores de mercado dos ativos na data do balanço e é avaliado por profissionais externos independentes. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando for permanentemente retirada de uso e não se esperar nenhum benefício econômico da sua alienação.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, unidades de atendimento social mantidas pela Associação.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs.

Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada como segue:

	<u>Vida útil</u> <u>anos</u>
Edificações	16 a 36
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 20
Moveis e utensílios	9
Equipamentos de informática	5
Veículos, aparelhos, equipamentos e outros	3 a 10

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em outras receitas e despesas operacionais.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que o seu valor recuperável estimado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais melhorias e/ou recuperações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Associação. As principais melhorias e/ou recuperações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados anualmente, se apropriado.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Demais ativos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessária.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Não há evidências, nem eventos ou ocorrência de circunstâncias que indicassem ou indiquem que o valor contábil dos ativos exceda seu valor recuperável, seja pela venda, que não é prática da Associação, seja pela geração de benefícios econômicos futuros para a Associação.

2.10 Convênios e parcerias

As entradas e saídas de recursos destinadas à execução de instrumentos de convênios e parcerias são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência e os requisitos de reconhecimento em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros" (Nota 12).

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.12 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.13 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços em instituição de longa permanência para idosos, aluguéis de imóveis, convênios e parcerias e doações no curso normal das atividades da Associação.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Associação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A receita de convênios e parcerias é reconhecida pelo regime contábil da competência em confronto com as respectivas despesas (Nota 2.10), a receita de aluguéis é reconhecida de acordo com o prazo de locação nos meses de competência, a receita de serviços é reconhecida ao longo do tempo no mês da prestação de serviços, as doações na medida em que são atendidos os critérios de reconhecimento no resultado conforme descrito na Nota 2.14.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Doações

As doações recebidas para custeio são contabilizadas em contas de receita, na medida em que são atendidos os requisitos de reconhecimento no resultado. As doações patrimoniais são contabilizadas como receita diferida no passivo circulante e não circulante, em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros". Na medida em que são atendidos os critérios de reconhecimento no resultado, pela depreciação dos bens, a receita é reconhecida e o passivo baixado (Nota 16).

2.15 Programas sociais - gratuidades

Os custos dos programas sociais gratuitos são registrados como despesas pelo seu valor efetivo, ou seja, pelos gastos incorridos na manutenção do programa, com suporte de documentação hábil. Os valores das gratuidades estão evidenciados na Nota 17.

2.16 Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos.

2.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- **Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.
- **Alteração ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Associação, exceto em relação alterações do CPC 26(R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais.

2.18 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
 - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.
 - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.
 - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i)
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Associação.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Associação.

3 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Associação faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas esperadas. A administração acredita que a provisão reflete adequadamente a expectativa de perda.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A depreciação do ativo imobilizado, bem como das amortizações de intangíveis são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada na avaliação de profissionais da Associação e consultores externos, as quais são revisadas regularmente. A administração acredita que a vida útil está estimada adequadamente.

(c) Provisões para contingências

Como descrito na Nota 18, a Associação é parte em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos da Associação. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(d) Valor justo das propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento reflete as condições de mercado na data do balanço e é avaliado por profissionais externos. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado pelo método comparativo, ajustados, se necessário, à natureza, à localização ou às condições do ativo específico. A administração acredita que os valores estão estimados e apresentados adequadamente.

4 Gestão de risco financeiro

Os instrumentos financeiros da Associação encontram-se integralmente registrados em contas patrimoniais. São constituídos principalmente por aplicações financeiras de recursos originados de convênios e parcerias para aplicação em projetos específicos como evidenciado na Nota 12. Por determinação contratual, enquanto não utilizados esses recursos devem permanecer aplicados em instrumentos de liquidez imediata de baixo risco como poupança e renda fixa.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao custo amortizado		Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	160	109		
Aplicações financeiras (Nota 6)			7.148	5.853
Contas a receber, líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	9	13		
Depósitos judiciais (Nota 18)	237	237		
	<u>406</u>	<u>359</u>	<u>7.148</u>	<u>5.853</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Custo amortizado	
		2023	2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
	Fornecedores	249	266
	Convênios e parcerias (Nota 12)	6.015	4.774
	Partes relacionadas (Nota 14)		824
	Demais contas a pagar	130	50
		<u>6.394</u>	<u>5.914</u>
6	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
(i)	Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
	Recursos livres		
	Bancos	100	14
	Recursos vinculados a convênios e parcerias		
	Bancos	60	95
		<u>160</u>	<u>109</u>
(ii)	Aplicações financeiras	2023	2022
	Recursos livres		
	Certificado de depósito bancário – CDB (i)	107	210
	Fundos de investimentos (i)	222	344
		<u>329</u>	<u>554</u>
	Recursos vinculados a convênios e parcerias		
	Certificado de depósito bancário - CDB (i)	55	9
	Fundos de investimentos (i)	6.764	5.290
		<u>6.819</u>	<u>5.299</u>
		<u>7.148</u>	<u>5.853</u>
(i) Os fundos de investimento em renda fixa, remunerados à taxa média de 10% ao ano (2022- 9,74 %). O Certificado de Depósito Bancário foi remunerado a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (2022 - 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI).			
Movimentação do saldo		2023	2022
	Saldo inicial	5.853	3.954
	Aplicação	9.723	9.342
	Resgate	(9.144)	(7.948)
	Rendimento de aplicações com recursos livres	42	86
	Rendimento de aplicações recursos vinculados a convênios	667	419
	Rendimento de aplicações recursos de idosos da Casa Santa Zita	7	
	Saldo final	<u>7.148</u>	<u>5.853</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Adiantamentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de férias	116	114
Adiantamento de salários	28	26
Outros	16	6
	<u>160</u>	<u>146</u>

8 Demais contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber (i)	47	40
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(38)	(27)
Despesa antecipada (iii)	49	44
	<u>58</u>	<u>57</u>

- (i) Contas a receber de aluguel de imóveis no montante de R\$ 47 (2022 – R\$ 39) e pela prestação de serviços em Instituição de Longa Permanência para Idosos no montante de R\$ 1 em 2022.
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas esperadas e considera os títulos vencidos há mais de 6 meses.
- (iii) Pagamento antecipado de compra de vales transportes para empregados no montante de R\$ 34 (2022 – R\$29), contratação de seguros no valor de R\$ 12 (2022 -R\$ 15) e outras despesas antecipadas no valor de R\$ 3.

9 Propriedades para investimento

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	34.696	5.278	39.974
Baixas (i)	(381)	(303)	(684)
Adições (ii)	14.428		14.428
Baixas (ii)	(13.556)		(13.556)
Ajuste ao valor justo	2.514	1.671	4.185
Saldo contábil final	<u>37.701</u>	<u>6.646</u>	<u>44.347</u>
Em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	37.701	6.646	44.347
Baixas (i)	(351)	(470)	(821)
Transferência imobilizado (Nota 10)	(365)	(1.777)	(2.142)
Ajuste ao valor justo	(406)	427	21
Saldo contábil final	<u>36.579</u>	<u>4.826</u>	<u>41.405</u>

- (i) Contrato de permuta de imóveis Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Associação assinou em dezembro de 2020 contrato particular de promessa de permuta de imóveis com a parte relacionada Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte. A diferença entre os valores de mercado dos imóveis permutados gerou um valor a pagar pela PROVIDENS de R\$ 1.061. Em e agosto de 2022 foi firmado termo aditivo ao contrato particular de promessa de permuta de imóveis. Pelo aditivo foram revisados os valores dos imóveis permutados e foram dados em permuta pela PROVIDENS mais dois imóveis para amortização do débito, sendo um classificado como ativo imobilizado (Nota 10) e outro como Propriedade para investimento. Em maio de 2023 foi firmado segundo termo aditivo com a dação em pagamento de mais quatro imóveis e o pagamento do saldo remanescente mediante depósito bancário. A seguir detalhamento dos valores:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo a pagar diferença permuta assinada em 2020 (Nota 14)	824	1.061
Revisão dos valores de mercado dos imóveis permutados originalmente		887
Valor de mercado da Propriedade para investimento incluída na permuta	(821)	(641)
Valor de mercado do ativo imobilizado incluído na permuta		(483)
Pagamento saldo remanescente mediante depósito bancário	(3)	
Saldo a pagar Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte (Nota 14)	<u>824</u>	<u>824</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valores amortizados no saldo a pagar da permuta	824	237
Valor contábil da propriedade para investimento permutada	(821)	(684)
Valor contábil do ativo imobilizado permutado (Nota 10)		(1.435)
Pagamento saldo remanescente mediante depósito bancário	(3)	
		<u>(2.119)</u>
Efeito da operação no resultado (Nota 19)		<u>(1.882)</u>

(ii) Empreendimento imobiliário

A Associação assinou em 18 de fevereiro de 2022 a escritura pública de compra e venda de imóveis para realização de empreendimento imobiliário no valor de R\$ 14.428. Pela venda do imóvel receberá em pagamento 05 apartamentos e uma unidade comercial. A seguir detalhamento dos valores envolvidos na operação.

	<u>2022</u>
Adição em propriedade para investimento das unidades imobiliárias	14.428
Baixa do terreno mantido como propriedade para investimento	<u>(13.556)</u>
Resultado na venda de propriedade para investimento (Nota 20)	<u>872</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos, Aparelhos Equipamentos e outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	13.990	9.071	1.950	158	199	25.368
Aquisições				11	196	207
Aquisições de convênio (Nota 13)				40	96	136
Baixas				(1)		(1)
Baixas (Nota 9, "i")	(850)	(585)				(1.435)
Depreciação		(510)	(119)	(32)	(77)	(738)
Saldo contábil, líquido	<u>13.140</u>	<u>7.976</u>	<u>1.831</u>	<u>176</u>	<u>414</u>	<u>23.537</u>
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	13.140	10.236	2.382	947	1.094	27.799
Depreciação acumulada		(2.260)	(551)	(771)	(680)	(4.262)
Saldo contábil, líquido	<u>13.140</u>	<u>7.976</u>	<u>1.831</u>	<u>176</u>	<u>414</u>	<u>23.537</u>
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial	13.140	7.976	1.831	176	414	23.537
Aquisições					85	85
Aquisições de convênio (Nota 13)				7	48	55
Transferências Propriedade para Investimento (Nota 9)	365	1.777				2.142
Baixas					(2)	(2)
Depreciação		(545)	(119)	(28)	(113)	(805)
Saldo contábil, líquido	<u>13.505</u>	<u>9.208</u>	<u>1.712</u>	<u>155</u>	<u>432</u>	<u>25.012</u>
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	13.505	12.013	2.382	954	1.148	30.002
Depreciação acumulada		(2.805)	(670)	(799)	(716)	(4.990)
Saldo contábil, líquido	<u>13.505</u>	<u>9.208</u>	<u>1.712</u>	<u>155</u>	<u>432</u>	<u>25.012</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os bens adquiridos com recursos de convênio para os quais a Associação permanece substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são reconhecidos como um ativo imobilizado. Tais bens estão sujeitos a restrição, podendo somente ser utilizado na execução dos projetos a que se vinculam, sendo que em alguns contratos, ao final do projeto, os bens devem ser devolvidos a entidade conveniente (Nota 13).

11 Obrigações fiscais e trabalhistas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão de férias e encargos	677	557
Salários a pagar	301	253
FGTS a recolher	62	53
Outros	<u>96</u>	<u>79</u>
	<u>1.136</u>	<u>942</u>

12 Convênios e parcerias

A Associação mantém convênios e parcerias com diversas entidades públicas e privadas, visando a realização de projetos sociais, dentro de seus objetivos institucionais. Tendo em vista a obrigação da Associação de utilização dos recursos exclusivamente para alcançar o objeto dos convênios e parcerias e a obrigatoriedade de prestação de contas, a Associação registra todas as entradas de recursos destinados à execução desses instrumentos em contas individuais do ativo e do passivo, demonstradas no balanço patrimonial nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras" e "Convênios e parcerias".

Os gastos com recursos de convênios e parcerias, de acordo com sua natureza, são ativados ou registrados em contrapartida do resultado, observando o princípio da competência e os critérios de reconhecimento. A conta patrimonial de convênio no passivo é baixada em contrapartida do reconhecimento da respectiva receita, na medida em que os gastos correspondentes são reconhecidos no resultado ou, no caso de gastos ativados, em contrapartida de receita diferida no passivo (Nota 13).

Os saldos registrados nesta rubrica referem-se a recursos obtidos ainda não utilizados ou pendentes de prestações de contas, cujos valores permanecem disponíveis nos saldos bancários até a efetiva realização. Por determinação dos instrumentos, enquanto não utilizados, os recursos disponíveis devem ser mantidos em aplicações financeiras, os rendimentos são acrescidos a conta do passivo e utilizados no objeto do convênio.

Os principais convênios e parcerias a executar em 31 de dezembro são:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	5.817	4.425
Secretaria Estadual de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania		106
Sociedade Mineira de Cultura (Nota 14)	172	172
Outros	<u>26</u>	<u>71</u>
	<u>6.015</u>	<u>4.774</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos convênios e parcerias pode ser assim resumida:

	2022	Entradas	Saídas	Devolução	2023
Entidades Públicas					
Órgãos públicos estaduais	143	2	13	(158)	
Órgãos públicos municipais	4.425	8.612	(7.077)	(33)	5.927
Entidades privadas	206	1.744	(1.861)	(1)	88
	<u>4.774</u>	<u>10.358</u>	<u>(8.925)</u>	<u>(192)</u>	<u>6.015</u>
	2021	Entradas	Saídas	Devolução	2022
Entidades Públicas					
Órgãos públicos estaduais	548	536	(941)		143
Órgãos públicos municipais	2.000	7.610	(5.094)	(91)	4.425
Entidades privadas	296	368	(458)		206
	<u>2.844</u>	<u>8.514</u>	<u>(6.493)</u>	<u>(91)</u>	<u>4.774</u>

Os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, oriundos da execução desses convênios durante o período até 31 de dezembro estão evidenciados abaixo:

	2023	2022
Resultado		
Receita líquida	<u>8.898</u>	<u>6.381</u>
Custo dos serviços de assistência social gratuitos	(8.880)	(6.363)
Despesas gerais e administrativas	(1)	
Despesas financeiras	<u>(17)</u>	<u>(18)</u>
	<u>(8.898)</u>	<u>(6.381)</u>
Patrimonial		
Imobilizado (Nota 10)	55	136
Depreciação e amortização (Nota 13)	<u>(28)</u>	<u>(24)</u>
	<u>27</u>	<u>112</u>

13 Receita diferida

Reflete o registro de doações patrimoniais e aquisição de bens com recursos de convênio, cujos critérios de reconhecimento da receita, em conformidade com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais", ainda não foram atendidas. Na medida em que os respectivos bens são depreciados, a conta de "Receita diferida" é baixada em contrapartida da "Receita de atividades de assistência social".

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação durante o período até 31 de dezembro pode ser assim resumida:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	5.431	5.557
Diferimento de imobilizado vinculado a convênio (Nota 10)	55	136
Realização receita diferida de bens recebidos em doação (Nota 16)	(234)	(222)
Realização receita diferida de bens de convênios (Nota 12)	(28)	(24)
Baixa de bens		(16)
Saldo final	<u>5.224</u>	<u>5.431</u>
Circulante	273	246
Não circulante	<u>4.951</u>	<u>5.185</u>
	<u>5.224</u>	<u>5.431</u>

14 Partes relacionadas

(a) Saldos com entidades afins

	Fundação Mariana Resende Costa	Mitra Arquidiocesana de BH	Sociedade Mineira de Cultura	<u>Total</u>	
				<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante					
Convênios e parcerias	(110)		172	62	172
Passivo não circulante					
Partes relacionadas (i)					824
Resultado					
Convênios programas sociais	1.348			1.348	
Doações (Nota 16)		1.605	1.600	3.205	3.036
Outras receitas (Nota 20)		267	297	564	452
Custo dos serviços de assistência social gratuitos	(1.348)	(13)		(1.361)	
Superávit com partes relacionadas		<u>1.859</u>	<u>1.897</u>	<u>3.756</u>	<u>3.488</u>

(i) Valor a pagar referente a permuta de imóveis com a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte (nota 9, "i").

(b) Remuneração de dirigentes

Os membros da estrutura administrativa da Associação constituída pela Assembleia Geral, Conselho Diretor e Conselho Fiscal não são remunerados nem recebem qualquer vantagem ou benefício por qualquer forma, não havendo qualquer distribuição de resultados, patrimônio ou renda. O valor justo do trabalho voluntário dos integrantes dos órgãos de administração está evidenciado na nota 20.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O Patrimônio social inicial da Associação foi constituído por bens, além de contribuições e doações. A cada exercício social os superávits (déficits) são incorporados ao referido patrimônio, em conformidade com o artigo 14, incisos I e II da Lei 5.172/66.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Reflete o efeito dos ajustes de bens do imobilizado ao custo atribuído (*deemed cost*). Na medida em que os bens objeto de atribuição de novo valor forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Patrimônio Social.

Contempla também o aumento inicial, resultante da avaliação pelo valor justo, de imóvel anteriormente ocupado pela entidade e transferido para propriedades para investimento. Na medida em que ocorre a redução do valor recuperável da respectiva propriedade para investimento em contrapartida do resultado, a conta de ajuste de avaliação patrimonial e reduzida na mesma proporção em contrapartida da conta de Patrimônio social.

16 Doações recebidas

A Associação recebe doações que são aplicadas nas finalidades para a qual se destinam, de acordo com os objetivos institucionais.

Não foram estabelecidas restrições ou vinculação por parte dos doadores em relação as doações recebidas para custeio e patrimoniais.

A movimentação das doações durante o período até 31 de dezembro pode ser assim resumida:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado		
Doações para custeio Mitra Arquidiocesana de B.Hte. (Nota 14)	1.605	1.536
Doações para custeio Sociedade Mineira de Cultura (Nota 14)	1.600	1.500
Doações particulares para custeio reconhecidas como receita	599	735
Receita apropriada de bens recebidos em doação (Nota 13)	<u>234</u>	<u>222</u>
Receita de doações	<u>4.038</u>	<u>3.993</u>

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Programas sociais – gratuidades

A Associação atua na área de assistência social através de programas de apoio às obras sociais da Arquidiocese de Belo Horizonte. Os atendimentos realizados nos programas têm como público alvo a família, idosos, crianças, adolescentes, moradores de rua, entre outros. São integralmente gratuitos, sem qualquer distinção de clientela, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento.

No exercício de 2023 os custos e despesas com os serviços sociais gratuitos com recursos gerados pela Associação totalizaram R\$ 5.814 (2022 – R\$ 7.363).

A Associação mantém convênios e parcerias com diversas entidades visando a realização dos programas sociais, dentro de seus objetivos institucionais (Nota 12). No exercício de 2023, além de recursos gerados pela Associação, foi aplicado com recursos de convênios e parcerias o montante de R\$ 8.898 (2022 – R\$ 6.380) na manutenção de programas sociais integralmente gratuitos.

O resumo dos programas encontra-se evidenciado a seguir:

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa	Síntese das ações desenvolvidas	(Não auditada)			
		2023		2022	
		Beneficiados (i)	Atendimentos (ii)	Beneficiados (i)	Atendimentos (ii)
Presença solidária da Igreja	Assessorar na organização de grupos de "Sem-Casa", fortalecendo a espiritualidade nas atividades desenvolvidas pelo programa. Formação e capacitação de lideranças dos grupos. Assessorar entidades afins como intuito de buscar alternativas habitacionais, considerando a realidade local e apoiar mobilizações para eventos sociais ligados à linha da Ação de Habitação.	3.660	26.100	2.788	14.894
Acolhida Solidária	Acolhida, e encaminhamentos a rede socioassistencial e paroquial.	1.896	20.469	1.860	16.155
Pastoral de Rua	Atendimento social, discussão em torno dos direitos e encaminhamento.	3.210	21.284	2.254	15.778
Casa de Apoio - Pós-alta	Atendimento social, fisioterapia, controle da medicação, alimentação, adesão ao tratamento, vestuário e cuidados diários.	54	270.577	61	283.241
Família Acolhedora	Atendimentos realizados às crianças, adolescentes e famílias candidatas e ao programa. Contatos, articulação, reunião, discussão de caso com os atores envolvidos como VIJ, CRAS, Centro de Saúde, CREAS, Escola, Ongs dentre outros.	80	6.093	149	6.084
Casa Santa Zita	Instituição de longa permanência para idosos que visa a proteção a terceira idade, especialmente de idosas, assegurando os direitos referente a moradia, vida, saúde, alimentação, esporte, lazer e cultura.	15	125.539	17	177.856
Projeto Providência	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças de 6 a 14 anos – Os beneficiados recebem acompanhamento psicopedagógico, escolar, participam de oficinas de socialização e esporte, recebem ainda alimentação e transporte gratuitos. O Projeto oferece também cursos profissionalizantes para jovens e adultos e programas para o desenvolvimento do protagonismo dos jovens das comunidades atendidas.	1.840	629.800	1.840	209.800
Convívium São José	O Convívium São José atende adolescentes e famílias na comunidade de Justinópolis em Ribeirão das Neves. Oferecendo diversas formações.	248	3.674	406	3.748
Casa de Francisco	Unidade de educação ambiental na região da Ocupação Rosa Leão, Isidoro e Cristina.	850	6.622	1.330	1.330
Acolher para bem viver	Acolhida e atendimento psicossocial a pessoas em situação de rua, bem como encaminhamentos para serviços da rede, afim de superar as situações de vulnerabilidade social.			128	6.513
Relacionamento / Formação e Comunicação	Realização e participação em eventos, seminários, livres e reuniões da instituição e com parceiros. Realização de contatos e relacionamento com parceiros e equipe. Mobilização social.	46	1.526	7.980	7.980
Tecendo Proteção	Atende idosos nas três unidades do Projeto Providência, contribuindo para a efetivação dos direitos da pessoa idosa de forma integrada e qualificada, prevenindo situações de risco pessoal e social por meio de ações e atividades que colaborem para a redução de violações de direitos	116	8.830		
		12.015	1.120.514	18.813	743.379

(i) Número de indivíduos beneficiados pelos programas, independentemente da quantidade de atendimentos que a pessoa recebeu.

(ii) Soma dos atendimentos prestados a cada beneficiado.

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Associação é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A Associação apresenta os seguintes passivos decorrentes de processos com expectativa de perdas prováveis e respectivos depósitos judiciais, quando aplicáveis:

	Provisões para contingências	
	2023	2022
Trabalhistas	17	17
Cível	558	538
	<u>575</u>	<u>555</u>

A movimentação dos saldos de contingências segue demonstrada abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	555	511
Provisões constituídas	29	44
Pagamento efetuado	<u>(9)</u>	<u></u>
Saldo final	<u>575</u>	<u>555</u>

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Associação possui ações de natureza tributária, trabalhista e cíveis, classificados pela administração como possíveis de se obter êxito com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências possíveis (não provisionadas)	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas				
Cível (i)			150.000	146.061
Tributários	<u>237</u>	<u>237</u>	<u>2.792</u>	<u>2.712</u>
	<u>237</u>	<u>237</u>	<u>152.792</u>	<u>148.773</u>

- (i) Em 15 de dezembro de 2009 foi ajuizada Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, onde a PROVIDENS é ré juntamente com outras instituições e pessoas físicas. O objeto da ação decorre de convênio firmado entre a Ação Social Arquidiocesana – ASA, entidade incorporada pela PROVIDENS em 2007, e o Município de Belo Horizonte para construção de casas populares no denominado Conjunto Jatobá e reforma do Conjunto Minas Solidária, ambas as obras nesta Capital. O valor atribuído à ação de R\$ 150.000 (2022 – R\$ 145.378) corresponde ao que se pretende ver

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ressarcido aos cofres públicos. A administração classifica a ação com expectativa de perda possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e, portanto, não constituiu provisão para perda.

19 Despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos e despesas com pessoal	9.048	7.657
Manutenção e conservação	1.192	352
Serviços de terceiros	992	890
Depreciação e amortização	805	738
Materiais	647	525
Serviços públicos	479	404
Lanches e alimentação	419	405
Trabalho voluntário (Nota 20)	250	223
Permuta de imóveis (Nota 9, "i")		1.882
Demais despesas	860	856
	<u>14.692</u>	<u>13.932</u>
Custo dos serviços de assistência social gratuitos	11.888	9.316
Despesas gerais e administrativas	2.524	2.468
Outras despesas operacionais	280	2.148
	<u>14.692</u>	<u>13.932</u>

20 Outras receitas operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Reembolso despesas Vicariato Epis. para Ação Social e Política (i)	267	257
Reembolso despesas Colégio Santa Maria Minas (ii)	297	195
Trabalho voluntário (iii)	250	223
Receita de aluguel de imóveis	128	70
Resultado na venda de propriedade para investimento (Nota 9, "ii")		872
Resultado na venda de veículos do ativo imobilizado		98
Recuperação de pequenas despesas	6	2
	<u>948</u>	<u>1.717</u>

- (i) Reembolso efetuado pelo Vicariato Episcopal para Ação Social e Políticas referente a gastos comuns de utilização de espaço físico compartilhado, tais como pessoal de limpeza, portaria, telefonia, água e energia.
- (ii) Reembolso efetuado pela Sociedade Mineira de Cultura de gastos com energia elétrica, água, pessoal de limpeza, portaria, segurança e outros em função do uso compartilhado das instalações da unidade Projeto Providência pelo Colégio Santa Maria Minas.
- (iii) A Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", estabelece que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso, com um correspondente reconhecimento de custo (despesa) associado a esse serviço prestado, também pelo valor justo. Ou seja, receita e custo (despesa) de mesmo valor. A seguir valores justos dos serviços voluntários, reconhecidos no exercício em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais, como se devido fossem:

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Voluntariado externo	214	179
Integrantes dos órgãos de administração	<u>36</u>	<u>44</u>
	<u>250</u>	<u>223</u>
21 Receitas e despesas financeiras		
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	42	86
Outros		<u>1</u>
	<u>42</u>	<u>87</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(28)	(31)
Outros		<u>(3)</u>
	<u>(28)</u>	<u>(34)</u>
Resultado financeiro	<u>14</u>	<u>53</u>

22 Seguros (não auditada)

As coberturas foram contratadas pela administração considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e visa cobrir eventuais sinistros no imóvel de sua sede e da casa de apoio, onde desenvolve suas principais atividades. A Associação adota o Seguro Patrimonial Compreensivo (*Property*), que garante indenização contra incêndio, raios, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamento, dentre outras coberturas secundárias. Foram contratados também seguros para todos os veículos de sua propriedade. Não há histórico de sinistro envolvendo suas operações e bens.

Em 31 de dezembro o valor referente à cobertura de seguros corresponde a R\$ 17.163 (2022 - R\$ 15.796).

* * *

DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO
Presidente

EVELTER SILVA MOREIRA
Contador CRC-MG-064866/0-7

Certificate Of Completion

Envelope Id: 31F6F76EA6EE46669285CEC221787CDA	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: PROVIDENS311223Dfs	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 31	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Eduardo Emmerick
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	eduardo.emmerick@pwc.com
	IP Address: 134.238.159.64

Record Tracking

Status: Original 24 April 2024 21:02	Holder: Eduardo Emmerick eduardo.emmerick@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 25 April 2024 22:14	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Guilherme Campos
 guilherme.campos@pwc.com
 714.114.966-04
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature



Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 54.94.244.235

Timestamp

Sent: 25 April 2024 | 08:00
 Viewed: 25 April 2024 | 22:12
 Signed: 25 April 2024 | 22:14

In Person Signer Events **Signature** **Timestamp**

Editor Delivery Events **Status** **Timestamp**

Agent Delivery Events **Status** **Timestamp**

Intermediary Delivery Events **Status** **Timestamp**

Certified Delivery Events **Status** **Timestamp**

Carbon Copy Events **Status** **Timestamp**

Eduardo Emmerick
 eduardo.emmerick@pwc.com
 Security Level: Email, Account Authentication (None)



Sent: 25 April 2024 | 08:00
 Resent: 25 April 2024 | 22:14
 Viewed: 25 April 2024 | 22:25

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Witness Events **Signature** **Timestamp**

Notary Events **Signature** **Timestamp**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	25 April 2024 08:00
Certified Delivered	Security Checked	25 April 2024 22:12
Signing Complete	Security Checked	25 April 2024 22:14
Completed	Security Checked	25 April 2024 22:14

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------